

PENSAR ALIANÇAS: O DESAFIO DA PROPOSIÇÃO COSMOPOLÍTICA PARA UMA ECONOMIA DE TRANSIÇÃO

Júlia Gonçalves Silva

Resumo:

A proposição cosmopolítica se coloca como grande desafio: enxergar o mundo como único mas não unívoco, aceitar um mundo com muitos mundos. A América Latina é lócus de inúmeras subjetividades sobre Gaia, que se distanciam da visão da natureza como um recurso ou um “bem comum a todos”, uma tônica muito presente na cosmologia/projeto moderno. A Economia Verde, concebida como continuidade renovada da economia capitalista, funciona como uma forma de economia espelho: é justamente a contaminação e a escassez dos recursos que geram valor aos novos “ativos ambientais” impulsionando a narrativa do desenvolvimento. Este movimento caracteriza-se também pela produção da indiferença, a codificação paranoica em normas, categorias e números, assim como por diversas operações de abstração que pretendem racionalizar o mundo a partir de lógicas empresariais. “Pensar em deslocar o que antes era uma narrativa de desenvolvimento para uma narrativa de sobrevivência implica que nós, como pesquisadores, como cientistas, como terranos, não podemos mais contar as mesmas histórias” (LATOURE, 2020). O objetivo desse ensaio é pensar em alianças na transição para um sistema de geração em um mundo finito do Antropoceno, em que seres humanos e não-humanos estão emaranhados de forma interdependente.

Palavras-chave: Cosmopolítica; Alianças; Economia; Teoria Ator-Rede

Resumen:

La propuesta cosmopolítica se presenta como un gran desafío: ver el mundo como único pero no unívoco, aceptar un mundo con muchos mundos. América Latina es el lugar de numerosas subjetividades sobre Gaia, que se distancian de la visión de la naturaleza como un recurso o un “bien común para todos”, una nota clave presente en la cosmología / diseño moderno. La Economía Verde, concebida como una continuidad renovada de la economía capitalista, funciona como una forma de economía espejo: es precisamente la contaminación y escasez de recursos lo que genera valor para los nuevos “activos ambientales” que impulsan la narrativa del desarrollo. Este movimiento también se caracteriza por la producción de indiferencia, la codificación paranoica de normas, categorías y números, así como por varias operaciones de abstracción que pretenden racionalizar el mundo a partir de la lógica empresarial. “Pensar en trasladar lo que antes era una narrativa de desarrollo a una narrativa de supervivencia implica que nosotros, como investigadores, como científicos, como terranos, ya no podemos contar las mismas historias” (LATOURE, 2020). El propósito de este ensayo es pensar en las alianzas en la transición a un sistema generacional en un mundo antropocénico finito, en el que seres humanos y no humanos se entrelazan de manera interdependiente.

Palabras clave: Cosmopolítica; Alianzas; Economía; Teoría actor-red

A proposição cosmopolítica se coloca como grande desafio: enxergar o mundo como único mas não unívoco, aceitar um mundo com muitos mundos. Isabelle Stengers ao adotar o termo apresentando-o como composição de cosmos e de política, onde o cosmos resiste à tendência da política em conceber as trocas em um círculo exclusivo e restrito dos seres humanos. A presença do político nas cosmopolíticas resiste à tendência do cosmos em conceber uma lista específica e fechada de entidades que devem ser levadas em consideração. O desafio é sobre se abrir para novas alianças.

A América Latina é lócus de inúmeras subjetividades sobre Gaia que se distanciam da visão da natureza como um recurso ou um “bem comum do Mundo”, uma tônica muito presente na cosmologia/projeto moderno. Como coloca Achille Mbembe, o neoliberalismo e sua reprodução se baseia na visão que “todos os acontecimentos e todas as situações do mundo vivo (podem) deter um valor no mercado” (MBEMBE, 2018:15). Este movimento caracteriza-se também pela produção da indiferença e da falta de cuidado, a codificação da vida social em normas e categorias, assim como por diversas operações de abstração que pretendem racionalizar o mundo a partir de lógicas empresariais. Existe uma operação subjetiva de “valorização da natureza” que passa pela financeirização das relações com as outras entidades e com as bases da vida. Stengers coloca que

Quando Marx caracterizou o capitalismo, a grande questão era: “Quem produz as riquezas?”, daí a preponderância da figura do Explorador, esse sanguessuga que parasita a força viva do trabalho humano. Essa questão não perdeu evidentemente nada de sua atualidade; à determinação de não ter cuidado, até e inclusive quando a barbárie ameaça, pode corresponder uma outra figura que vem se acrescer, sem rivalidade, à primeira. Essa figura é o Empresário, aquele para quem tudo é oportunidade – ou, antes, que exige a liberdade de poder transformar tudo em oportunidade – para um novo lucro, inclusive o que põe em xeque o futuro comum. (STENGERS, 2015: 56)

Seguindo esse pensamento, Arturo Escobar afirma que se tratam das operações do Mundo Mundial – o conceito “One-World World” proposto por John Law -, para converter tudo o que existe na floresta e selva em “natureza”, e depois essa “natureza” em “recurso. Em sua captura hegemônica, esse processo ignora a materialidade que cria a vida, transforma sítios

inorgânicos e não humanos em "objetos" a serem possuídos, destruídos e renomeados. Conectando a floresta transformada aos novos "mercados mundiais" para obter lucro, o Mundo Mundial anuncia a destruição progressiva do mundo da selva, sua captura ontológica e sua reconversão pelo capital e pelo Estado (Deleuze y Guattari, 1987; Escobar, 2008).

A socióloga Camila Moreno coloca que a narrativa hegemônica da “economia verde” surge como tentativa renovada de nomear a natureza como única, criando um novo patamar de acumulação na captura do “capital natural”. O projeto de contabilizar, valorar e incorporar aos mercados novas “camadas” de materialidades e territórios existenciais muitas vezes se expressam por “serviços ambientais” e métricas de carbono. A redução da realidade a uma única narrativa torna invisíveis os conflitos de interesses, as assimetrias de poder, ideologias e as contradições da realidade, assim como também enormes coletivos, a violência estrutural e a injustiça.

A lógica da “economia verde” é concebida de forma complementar e dependente da economia capitalista, funcionando como uma economia-espelho: é justamente a contaminação e a escassez dos recursos que geram valor aos novos “ativos ambientais”. Cria-se o paradoxo que o capitalismo deseja: sob a hegemonia no Mundo Mundial, agora Verde, retornam as premissas de que somente através dos mecanismos de captura econômicos e racionalidade instrumental em decisões sobre clima, privatização da atmosfera, dos sistemas genéticos, do sistema alimentar e água será possível fazer a transição necessária para continuidade da vida. (MORENO, 2016).

O conceito de Terrestre trazido por Bruno Latour é entendido aqui como novo ator-político no Antropoceno, e convida a pensar sobre como re-habitar esse porvir em redes feitas de matéria-forma-linguagem-conceito, em que tudo está conectado a tudo parcialmente, em cadeias mais curtas ou mais longas de duração. O termo Antropoceno coloca em jogo tanto a forma dual de social e natureza, quanto ciência e política: esse conceito aciona diversas disciplinas funcionando como um ‘despertar’, um chamado para o reenquadramento geológico da terra. Seguindo os pensamentos do historiador Depesh Chakrabarty, Latour afirma que se o plano terrestre deixou de ser um pano de fundo da ação humana, é porque ele participa dela. O espaço não é mais o da cartografia, ele se tornou uma história da qual nós somos meros participantes entre outros, estamos entrando em plena geo-história do Antropoceno (LATOUR, 2020:54).

Quanto à construção do conhecimento, coloca Latour, a nova política terrestre não tem objetivo de distorcer as ciências, mas desafiá-la a sair desse local de verdade única. O autor segue a ideia de Stengers que existe uma grande diferença entre “as ciências”, compreendidas como a proliferação de entidades que regem a coletividade e as “Ciências” como um método destinado a eliminar qualidades secundárias em prol das qualidades primeiras. Cada uma dessas concepções necessita de processos políticos diferentes (LATOURE, 2018: 435 - 436).

As ciências das alianças na transição para uma economia-engajamento com um mundo finito em que seres humanos e não-humanos estão conectados de forma interdependente solicita deslocar uma narrativa de desenvolvimento para uma narrativa de sobrevivência. Isso significa que pesquisadores, cientistas e terranos não podem mais contar as mesmas histórias que foram contadas até agora (Latour, 2020). Redirecionar a atenção da “Natureza” para o Terrestre propõe um fim na desconexão que paralisou as posições políticas desde a aparição da ameaça climática, dificultando aliança entre as lutas ditas sociais e as lutas ecológicas.

Como colocado por Latour, fazer essa articulação com o terrestre fará passar de uma análise em termos de sistema de produção, que se apoiava numa divisão entre atores humanos e seus recursos, para um sistema de geração que coloca em confronto agentes, atores e seres animados. Essa operação exige uma outra política pois ela não visa produzir bens para os humanos, mas sim gerar os terrestres – todos os terrestres, e não apenas os humanos (LATOURE, 2020: 100). Isso se baseia em criar e cultivar vínculos e operações que são mais complexas ainda.

Essa dimensão do sistema de geração requer um outro protocolo, outras investigações para estudar a forma e composição humana no Antropoceno e isso também mudará o que são os interesses humanos. Sob o Novo Regime Climático, lembra Latour, a questão é justamente não saber do que dependemos para existir. Nos vemos obrigados a revisitar a definição do que é um humano, um território, uma política e até o conceito de civilização. Trazendo as noções de Karl Polanyi, a passagem de um sistema a outro é uma questão de civilização, mais do que apenas economia: é preciso aprender a se desembaraçar do reino da economização. A “religião secular” do mercado não é desse mundo. Reapropriar-se do solo, portanto, significa lutar contra a invasão desses tipos de “extraterrestres” com interesses e temporalidades diferentes.

Inseridos em um sistema de produção, os humanos são os únicos que podem se revoltar – sempre tarde demais; inseridos em um sistema de geração, muitos outros clamores podem se fazer ouvir – antes da catástrofe. Os pontos de vida, e não apenas os pontos de vista, multiplicam-se. Ao passar de um sistema de produção para um sistema de geração podemos multiplicar as fontes de revolta contra a injustiça e por consequência, aumentar consideravelmente a gama de aliados potenciais nas lutas pelo terrestre que virão. (LATOURE, 2020: 107-108)

O trabalho de fazer alianças para geração da multiplicidade que não serve só ao ser humano exige superar o pensamento naturalista, um pensamento proveniente de uma definição errônea das ciências naturais ocidentais que nega a ideia do pluriverso. O cosmos precisa ser expandido como coloca Latour e Stengers, conforme seu sentido literal, ao conjunto das entidades não humanas. O sinônimo de William James para cosmos era “pluriverso”, conceito capaz de evocar a multiplicidade.

Os adeptos do cosmopolitismo do pensamento de Immanuel Kant esperam ver o dia em que os cidadãos do mundo reconhecerão que habitam o mesmo Mundo. Como coloca Latour, nesta “diplomacia” não é que o argumento está errado: os argumentos são justos, porém, partem como se este mundo já existisse, um Mundo Único Ideal, e que não seria preciso qualquer negociação para realizá-lo. Já a proposição Cosmopolítica de Stengers foi construída em torno de uma tarefa central: ver como este “mesmo mundo” pode progressivamente se constituir de vários mundos (LATOURE, 2020: 435).

Esses "mundos sem objetos" em constante movimento, e se constituem como matérias em movimento, que fluem e se desdobram; nesses mundos, "todos os tipos de seres vivos dependem dos outros para sua existência e se entrelaçam em um imenso tecido que evolui continuamente" (INGOLD, 2011: 131 apud ESCOBAR 2011: 10)

Dizer “nós somos terrestres em meio a outros terrestres” não supõe de forma alguma a mesma política de “nós somos humanos na natureza”: os dois não provém da mesma lama, diz Latour. Talvez seja hora de falar terrestres ao invés de humanos, insistindo assim nos húmus da forma aterrada, e a bem dizer, no composto presente na etimologia da palavra “humano”, como coloca Donna Haraway lembrada por Latour (LATOURE, 2020: 106).

Seguindo o pensamento circulado em nossa mesa de aliados, como dar conta dos não-humanos, todos os seres, que como colocou Luisa Muccillo (2021) se emaranham em nossas existências? A pergunta ressoa com o que Mbembe lembra que é preciso cultivar vínculos em um sistema de trocas, de reciprocidade e de mutualidade, onde humanos e não-humanos são o lodo uns dos outros. Mbembe nos lembra que “opondo-se ao mundo dos não-humanos, a Humanidade opõe-se a si mesma”. Pois, afinal, é na relação que mantemos com o conjunto do vivo que se manifesta, em última instância, a verdade daquilo que somos. Partilhar o mundo com outros seres vivos, segundo o autor é a dívida por excelência: é a principal chave para a durabilidade, tanto dos humanos como dos não-humanos (MBEMBE, 2018).

A durabilidade do mundo depende da nossa capacidade de reanimar os seres e as coisas aparentemente sem vida - o homem morto, devolvido ao pó pela seca economia, aquela que, pobre de mundo, trafica com os corpos e a vida. O mundo não vai durar, a não ser que a Humanidade se empenhe na tarefa de constituição daquilo que é preciso chamar de reservas de vida. (MBEMBE, 2018: 312)

Latour coloca que diante de problemas que são ao mesmo tempo tão grandes e tão pequenos, na transição para um sistema de geração, antes de mais nada, o que precisamos fazer é descrever. Como poderemos agir politicamente sem antes enumerar, percorrer e medir, centímetro por centímetro, cada um dos seres animados e entidades, tudo aquilo que compõem para nós o Terrestre? (LATOURE, 2020)

Um novo pensamento que virá da proposição cosmopolítica será um pensamento da vida, de reserva da vida, daquilo que precisamos herdar e que terá de escapar ao sacrifício. Um pensamento em circulação, um pensamento em travessia, um pensamento-mundo, como conjura Mbembe. Este mundo possui a todos, com igualdade, e todos somos seus herdeiros, apesar das diferentes maneiras de o habitar.

 Não haverá secessão em relação à Humanidade
 enquanto não se fizer a economia da restituição,
 da reparação ou da justiça. (MBEMBE, 2018: 309).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- LATOUR, B. *Qual cosmos, quais cosmopolíticas?* Comentário sobre as propostas de paz de Ulrich Beck. In **Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros**, n.69, 2018. 427-441.
- LATOUR, B. **Onde aterrar? Como se orientar politicamente no antropoceno**. Ed. Bazar do Tempo. 2020.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 Ed., 2018.
- MORENO, Camila. *As roupas verdes do rei: economia verde, uma nova forma de acumulação primitiva*”. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (orgs.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. Tradução de Igor Ojeda. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, p. 256-293. 2016
- MUCCILLO, Luísa. *Imaginando o animal em um mundo industrial*. In. **DasQuestões**, Vol.8, n.2, abril de 2021. p. 100-105.
- HARAWAY, D. *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*. In: **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 5, p. 7–41, 2009
- ESCOBAR, Arturo. *El ‘postdesarrollo’ como concepto y práctica social*. In Daniel Mato (org.), **Políticas de Economía, Ambiente y Sociedad en Tiempos de Globalización**. Caracas, Universidad Central de Venezuela, 17-31. 2005
- STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofe: resistir à barbárie que se aproxima**. Cosac & Naify, 2015
- STENGERS, Isabelle. **A proposição cosmopolítica**. *Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros*, n. 69, 442-464. 2018